



OBRAS PÚBLICAS

ORÇAMENTAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E DE CONTRATAÇÕES INTEGRADAS E SEMI-INTEGRADAS



RAFAEL JARDIM

#EU
ME
IMPORTO

16
HORAS
de capacitação

*Para Lei 14.133/2021,
Lei das Estatais e Novo
Regulamento do
Sistema S!*

APRESENTAÇÃO

O orçamento da obra ou do serviço de engenharia: tal etapa é imprescindível não somente para estimar o valor máximo da contratação. A planilha orçamentária será também a base de toda a execução contratual. Erros ou imprecisões na etapa do orçamento fatalmente carrearão problemas na licitação, na fiscalização, no prazo e nos inevitáveis aditivos que aparecerão até a conclusão do empreendimento.

A questão para o orçamentista de obras públicas e serviços de engenharia é ainda mais delicada: reunir todo o conhecimento técnico e a experiência necessária e integrá-los – ou enquadrá-los – na miríade de normas e regulamentos exigidos no direito administrativo pátrio, em constante evolução interpretativa pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Mas os desafios do profissional responsável pelo planejamento da empreitada só aumentaram, com a instituição dos regimes de execução “contratação integrada” e “contratação semi-integrada”, exigindo a elaboração “mesclada” de conceitos de orçamentos detalhados e paramétricos, como ainda a consideração das contingências advindas dos custos repassados aos contratados na matriz de riscos.

Nesse contexto, o objetivo do curso ora apresentado é situar, de forma prática e contextualizada, o passo a passo do processo orçamentário, desde os estudos de viabilidade, até o projeto final de engenharia – e também nos aditivos! –, completando os cuidados necessários com a orçamentação das contratações integradas e semi-integradas, de acordo como que prescreve a Lei 14.133/2021, a Lei 13.303/2016 e o Novo Regulamento do Sistema S.

Um curso perfeito para o profissional que deseja reunir teoria e prática, de forma simples mas detalhadamente contextualizada com as recomendações mais recentes do TCU.

Orçamentos expeditos, “números mágicos dos orçamentistas”, adaptação aos sistemas Sicro e Sinapi, orçamentação da administração local e da manutenção do canteiro, dimensionamento do prazo da construção, BDI, construção de custos horários de equipamentos, composições de patrulhas mecânicas, monetização dos riscos, efeito das chuvas, desoneração da mão de obra, orçamento de projetos, CÁLCULO DE CONTINGÊNCIAS advindas da matriz de riscos, e toda a complexa malha de assuntos relacionados ao assunto.

Aos fiscais, membros de comissão de licitação, orçamentistas, projetistas e gestores um compêndio historiado das trilhas legais para o bom e regular emprego de recursos públicos em orçamento de obras públicas. Aos operadores do direito, uma extensa lista de construções factuais indispensáveis à correta subsunção jurídica de casos concretos nessa área técnica tão específica.

OBJETIVOS DO CURSO:

- Situar os participantes quanto aos principais princípios do orçamento de obras públicas e serviços de engenharia e o passo a passo do processo orçamentário.
- Situar os participantes sobre o que fazer, com base na jurisprudência do TCU, para produzir um orçamento de contratações integradas e semi-integradas, inclusive considerando as contingências geradas a partir da matriz de riscos, a partir das prescrições estabelecidas na Lei 14.133/2021, na Lei das Estatais e no Novo Regulamento do Sistema S.
- Desenvolver uma visão crítica de um padrão de raciocínio legal para a solução dos problemas que rodeiam a construção de orçamentos em obras públicas, capaz de suportar a solução de situações gerais do dia-a-dia.
- Apresentar a jurisprudência do TCU sobre obras públicas e serviços de engenharia relacionadas a orçamento.
- Construir medidas para a mitigação dos principais riscos de erros e desvios nas fases de elaboração de orçamento em obras públicas, incluindo as contratações integradas e semi-integradas.
- Sanear as principais dúvidas dos participantes em temas afetos ao processo orçamentário de obras públicas e serviços de engenharia, bem como o planejamento de uma contratação integrada / semi-integrada.

PÚBLICO ALVO

Fiscais de contrato, membros de comissão de licitação, auditores, consultores jurídicos, ordenadores de despesa, orçamentistas de obras públicas, engenheiros, arquitetos, advogados e estudantes.



CARGA HORÁRIA

16 horas

(durante 02 dias corridos)

ESPECIALISTA



RAFAEL JARDIM

Auditor Federal de Controle Externo, é dirigente do TCU por mais de dez anos. Ex-Secretário de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional e Ex-Secretário de Combate a Corrupção daquela do TCU. Coautor dos livros “Obras Públicas: comentários à jurisprudência do TCU” – 4ª Edição, “O RDC e a Contratação Integrada na prática”, “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance” e “O Controle da Administração Pública na Era Digital”. No TCU desde 2005, foi também titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, unidade responsável pela condução dos processos relacionados à Operação Lava Jato. Foi ainda Diretor da área técnica responsável pela fiscalização de rodovias. Ocupou os cargos de Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e, também, de Fiscalização de Obras de Energia. Coordenou as fiscalizações do TCU atinentes à Copa do Mundo de 2014. Na área de combate à corrupção e integridade, palestrou em eventos internacionais da ONU, OCDE, além de treinamentos para auditores das Controladorias Gerais de diversos países na América Latina. Palestrante e conferencista em temas afetos à engenharia de custos para o setor público, ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), Compliance, Integridade e a licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília, trabalhou por mais de dez anos na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**INTRODUÇÃO / CONTEXTUALIZAÇÃO**

- A importância do processo orçamentário
- Princípios fundamentais do orçamento de obras públicas
- Desafios do orçamentista de obras públicas e Sistema S: a assimetria de informações
- Principais normas envolvendo orçamento de obras públicas
- Fundamentos de hermenêutica jurídica e a respectiva relação com o orçamento de obras
- Princípios fundamentais dos diplomas licitatórios: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei das Estatais e Novo Regulamento do Sistema S
- O papel da jurisprudência na interpretação do direito
- Visão geral da obra pública e a correspondência com o nível de detalhamento do orçamento: estudos de viabilidade, anteprojeto, projeto básico, projeto executivo e as built.

DEFINIÇÕES BÁSICAS DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

- Custo direto x Custo Indireto x Despesas Indiretas
- Orçamento sintético x Orçamento paramétrico x Orçamento detalhado
- Números mágicos da construção civil
- Composição de custos unitários
- Composições de base horária x composições de base unitária

PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

- Definição dos serviços
- “Evitando o esquecimento de serviços essenciais” – O que fazer para não esquecer nenhum serviço/
- O que fazer se eu esquecer algum serviço?
- Definição das unidades
- Relação entre caderno de encargos e escolha das unidades
- Definição de quantidades
- Relação entre caderno de encargos e definição de quantidades – o que fazer para evitar erros de quantidade.
- O que fazer se eu errar a quantidade de um serviço?
- Definição do custo unitário
- Apresentação do Sinapi e do Sicro
- Definição do BDI
- Acórdão 2.622/2013-TCU

- Revisão do orçamento
- Curva ABC de serviços
- Curva ABC de insumos

ORÇAMENTAÇÃO DAS DESPESAS INDIRETAS

- Mobilização e desmobilização
- Definição das Distâncias Médias de Transporte para mobilização
- Definição de custos de mobilização
- Instalação do canteiro
- Elaboração do projeto de canteiro e as normas respectivas
- Parametrização dos custos de “estruturas” de canteiro
- Reflexo em outros custos de transporte na obra
- Manutenção do Canteiro de obras
- Calculando os custos de manutenção
- Administração Local
- Apresentação da metodologia do DNIT
- Acórdão 2.622/2013-TCU

ADAPTAÇÕES ÀS COMPOSIÇÕES DE REFERÊNCIA

- Definição das situações em que cabe “adaptação” aos referenciais do Sinapi/Sicro
- Custos dos materiais
- Critérios de pesquisas de preços do Sinapi
- Perdas e overbreak
- Incluindo novos itens
- Custos de mão de obra
- Grupos A, B, C e D
- Efeitos da chuva nos custos de mão de obra
- Horistas x mensalistas
- Custos adicionais de mão de obra
- Desoneração da folha de pagamento
- Custos de equipamentos
- Custos produtivos x Custos improdutivos
- Custos de mão de obra
- Custos operativos
- Depreciação



- Juros
- Manutenção
- Composição de patrulhas mecânicas
- Conceituação do tempo de ciclo
- Fator de eficiência
- Fator de conversão
- Fator de carga
- Produtividade, definição de tempo produtivo e tempo improdutivo
- Definição de coeficientes nas composições de custo unitário
- Adaptações de distâncias, velocidade e demais condições reais na obra
- Outros casos de reequilíbrio envolvendo equipamentos

DISTÂNCIAS MÉDIAS DE TRANSPORTE (DMTs)

- Efeitos no orçamento em decorrência das DMTs
- Composições de custo para DMT
- Diferentes tipos de transporte previstos no Sinapi
- Situações especiais no cálculo das DMTs
- Situações em que se torna necessário o cálculo do frete
- Transportes locais na obra e respectivos impactos no orçamento
- Casos que requerem aditivos ao se alterar a DMT
- Jurisprudência do TCU relativa à DMT

ORÇAMENTO DE ADITIVOS

- Aditivos de itens novos ao contrato
- Novidades legais sobre jogo de planilha e cuidados gerais a tomar
- Impactos na administração local em face de aditivos de prazo
- Cuidados nas pesquisas de preço em aditivos
- Particularidades na negociação de preços de aditivos nas estatais e Sistema S

ORÇAMENTO DAS CONTRATAÇÕES INTEGRADAS E SEMI-INTEGRADAS

- Visão geral sobre a contratação integrada e semi-integrada: premissas
- Contratação integrada na Lei 14.133/2021, na Lei 13.303/2016 e nos regulamentos do Sistema S
- Elementos mínimos de anteprojeto e impactos no orçamento
- Condições de meio e condições de fim
- Matriz de riscos e impacto no orçamento



- Modelagem da contratação e impactos no orçamento
- Visão geral de metodologias paramétricas para definição do valor estimado da obra
- Estrutura de um orçamento em uma contratação integrada / semi-integrada
- Efeitos no cálculo do BDI

CÁLCULO DE CONTINGÊNCIAS

- Jurisprudência do TCU sobre o assunto
- Estrutura de orçamento exigida da contratada
- Orçamento de aditivos nas contratações integradas
- Orçamento do projeto básico a ser incluído (obrigação da contratada)

INVESTIMENTO



R\$ 3.590,00

(três mil, quinhentos e noventa reais)

- A CON treinamentos oferece propostas personalizadas para capacitação de grupos e equipes. Entre em contato com nossas consultoras.

- A CON Treinamentos se reserva do direito de cancelar ou reagendar data/horários de realização do curso, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos. Permanecendo isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

DATA



22 E 23 DE AGOSTO DE 2024

BELO HORIZONTE/MG

Início 8h30h às 12h00 e das 13h00 às 17h30;
Intervalo de 01h00 para almoço;
Coffee Break às 10h00 e às 16h00.



MATERIAL INCLUSO

- Material de Apoio: apostila com conteúdo a ser ministrado (digital), caneta, lapiseira, marca texto e bloco.
- Certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional registrado em cartório (digital);
- 04 coffee breaks + 02 almoços;

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3068-3858**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de Connect On Marketing de Eventos Eireli, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:



Banco n° 001
Ag. 3041-4
C/C 125211-9



Banco n° 341
Ag. 0615
C/C 21708-0



Banco n° 237
Ag. 5720
C/C 342.760-9



Se preferir, entre em contato com nossa central de relacionamento:

 (41) **3068-3858**

 (41) **9 9514-1110**

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:

    @contreinamentos